

PRESERVAÇÃO DIGITAL EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) BRASILEIRAS: UM PANDRAMA DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

DIGITAL PRESERVATION IN DIGITAL REPOSITORIES OF BRAZILIAN FEDERAL COLLEGE UNITS:
AN OVERVIEW OF INSTITUTIONALIZED DOCUMENTATION



Resumo

Introdução: A humanidade tem experimentado grandes transformações na organização, tratamento e acesso à informação, motivadas pelos avanços das tecnologias digitais e o uso intensivo de tecnologias de informação. Porém, não obstante as vantagens permitidas pelos avanços tecnológicos no tocante ao poder de armazenamento e transferência, a durabilidade e possibilidade de preservação das informações registradas em suportes digitais ainda permanece como desafio a longo prazo. **Objetivo:** Analisar a relação entre a preservação digital em repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras em sua documentação institucionalizada. **Metodologia:** O estudo foi caracterizado como descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, que utilizou enquanto técnica de coleta de dados a análise documental e mineração de texto. Os critérios de investigação se pautaram na contextualização dos termos preservar, preservação e/ou preservação digital, o levantamento das ações, estratégias e práticas de preservação digital e as terminologias adotadas na documentação institucionalizada. **Resultados:** Percebe-se que os Repositórios digitais das Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras não possuem documentos institucionalizados que atendam as especificidades do planejamento de preservação, previsto e sendo um elemento essencial no modelo de referência do *Open Archival Information System* (OAIS). **Conclusão:** A Preservação Digital requer planejamento, políticas, planos, recursos humanos e infraestruturas tecnológicas para atender ao princípio de tornar acessível com qualidade de autenticidade os artefatos digitais, dessa forma, para além de inserir o termo preservação digital em seus documentos institucionais, as Universidades precisam tecer documentos específicos para questão da preservação digital.

Palavras-chave: Preservação digital. Repositórios digitais. Documentos institucionais. Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras.

Abstract

Introduction: Humanity has experienced major transformations in the organization, treatment and access to information, motivated by advances in digital technologies and the intensive use of information technologies. However, despite the advantages allowed by technological advances in terms of storage and transfer power, the durability and possibility of preservation of information recorded in digital media still remains a long-term challenge. **Objective:** To analyze the relationship between digital preservation in digital repositories of Brazilian Federal College Units and their institutionalized documentation. **Methodology:** The study was characterized as descriptive, qualitative and quantitative in nature, using document analysis and text mining as a data collection technique. The investigation criteria were based on the contextualization of the terms preserve, preservation and/or digital preservation, the survey of actions, strategies and practices of digital preservation and the terminologies adopted in the institutionalized documentation. **Results:** It is noticed that the digital repositories of the Brazilian Federal College Units do not have institutionalized documents that meet the specificities of the preservation planning, foreseen and being an essential element in the reference model of the Open Archival Information System (OAIS). **Conclusion:** Digital Preservation requires planning, policies, plans, human resources and technological infrastructure to meet the principle of making digital artifacts accessible with quality of authenticity, thus, in addition to inserting the term digital preservation in their institutional documents, Universities need to weave specific documents for the issue of digital preservation.

Keywords: Digital preservation. Digital repositories. Institutional documents. Brazilian Federal College Units.



Vildeane da Rocha Borba

Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: vildeaneborba@gmail.com
Recife – PE – Brasil



Fanny do Couto Ribeiro de Lima

Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: fannycrbeiro@gmail.com
Recife – PE – Brasil



Vania Ferreira da Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco
E-mail: vania.fsilva@ufrpe.br
Recife – PE – Brasil



LICENÇA DE USO

Os autores cedem à [Revista Brasileira de Preservação Digital](#) os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHERS

Universidade Estadual de Campinas – Sistema de Bibliotecas / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Cariniana. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Gildenir Carolino Santos, Miguel Angel Márdero Arellano.

CREDIT

RECONHECIMENTOS: Não aplicável.

FINANCIAMENTO: Não aplicável.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

APROVAÇÃO ÉTICA: Não aplicável.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAL: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Conceituação: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S., Curadoria de Dados: Não Aplicável, Análise Formal: BORBA, V. da R., Aquisição de Financiamento: Não Aplicável, Investigação: BORBA, V. da R., Metodologia: BORBA, V. da R., Administração de Projetos: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S., Recursos: BORBA, V. da R., Software: Não Aplicável, Supervisão: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S., Validação: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S., Visualização: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S., Redação – rascunho original: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S.; Redação – revisão & edição: BORBA, V. da R.; LIMA, F. C. R.; SILVA, V. F. da S.

1 INTRODUÇÃO

A humanidade tem experimentado grandes transformações na organização, tratamento e acesso à informação, motivadas pelos avanços das tecnologias de informação e de comunicação (TDICs) e seu uso intensivo. Porém, não obstante as vantagens permitidas pelos avanços tecnológicos no tocante ao poder de armazenamento e transferência, a durabilidade e possibilidade de preservação das informações registradas em suportes digitais ainda permanece como desafio a longo prazo.

Neste enfoque, Rothenberg (1999, p. 2, tradução nossa) afirma que “[...] apesar da sua reprodutibilidade tornar a informação digital teoricamente invulnerável aos estragos do tempo, os suportes no qual elas estão armazenadas estão longe de serem eternos.” Sobre esta mesma vulnerabilidade, Innarelli (2016, p. 317) afirma que os “documentos digitais são perdidos com a mesma facilidade com que são gerados”.

No ambiente científico dos Repositórios Digitais, como resultado de uma constante busca por novos conhecimentos, observa-se um crescimento exponencial da produção e consumo de dados informacionais. Para Sayão e Sales (2021), esse dilúvio de dados vem sendo desencadeado principalmente pelo avanço extraordinário de instrumentos que aumentaram exponencialmente a capacidade de obtenção de dados, somados às informações digitais geradas artificialmente por simulações e por software.

Entretanto, o grande volume de dados produzidos e armazenados pela ciência moderna está muito além da capacidade humana de análise. (CESAR JÚNIOR, 2011). E, à medida que o número e a complexidade dessas coleções digitais se expandem, surge uma necessidade crítica de desenvolvimento de ferramentas e dispositivos para assegurar que esses dados sejam “preservados e compartilhados para novos usos e reúsos - principalmente porque grande parte dessas atividades é financiada com verba pública e porque é preciso conferir agilidade ao desenvolvimento e à geração de novos resultados”. (SAYÃO; SALES, 2021, p.192).

Neste ambiente renovado pelas TDICs, a preservação digital surge como ferramenta capaz de assegurar que os meios digitais permaneçam acessíveis às gerações futuras, através de um conjunto de processos e atividades que garante armazenamento de longo prazo, sustentando acesso e interpretação da informação digital.

Para Ribeiro (2006, p.1), o desafio mais importante da preservação da memória digital nessas instituições seria “[...] conscientizá-la da necessidade de não só guardar os documentos através de padrões, mas, também entender porque foram gerados e sua importância para futuras pesquisas”. Entretanto, mesmo diante de uma crescente conscientização e interesse à preservação digital, para Corujo (2014) e Miguel Ferreira (2006), são poucos os repositórios que possuam políticas, estratégias e ações de preservação formalizadas, consolidadas e atualizadas.

Desta forma, se questiona: As documentações institucionalizadas dos Repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras refletem e direcionam seus esforços à criação e elaboração de documentos e às ações de preservação digital dentro de suas instituições?

Neste contexto, a presente pesquisa busca analisar os documentos institucionalizados dos repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras no intuito de investigar a contextualização dos termos preservar, preservação e/ou preservação digital, o levantamento das ações, estratégias e práticas de preservação digital e as terminologias adotadas na documentação institucionalizada.

2 REPOSITÓRIOS DIGITAIS E PRESERVAÇÃO DIGITAL

Ao focar a atenção para o papel central das TDICs para ciência e tecnologia, é possível observar que a pesquisa e o ensino estão crescentemente dependentes de informações e de dados digitais. Para Marcondes e Sayão (2021), esta dependência revela uma evidente institucionalização da ciência, que está assentada em mecanismos de comunicação rápida dos resultados de pesquisa, que por sua vez estão hoje baseados fortemente nas tecnologias de informação.

A revolução digital afetou o modo como os acadêmicos geram, comunicam e preservam o conhecimento produzido (DODOBEY, 2009). Nesta perspectiva, Sayão (2021) ressalta que o avanço do conhecimento está intimamente ligado ao estabelecimento de metodologias e atividades de longo prazo que garantam acesso viável, assegurando que os usuários potenciais dessas informações possam interpretá-las corretamente e continuamente.

Entretanto, com a facilidade viabilizada pelas TDICs, os pesquisadores disseminam sua produção de conhecimento e o registro dos seus resultados sem considerar a proteção e garantia de acesso destes conteúdos à geração futura. Para que esta memória científica não se perca diante do dilúvio de dados produzidos atualmente, segundo Ferreira (2006), Márdero Arellano (2008) e *International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA* (2006), os repositórios digitais surgem como sistemas de informação capazes de garantir o armazenamento, a gestão, o acesso e a preservação dos conteúdos digitais por longos períodos de tempo.

O relatório *Trusted Digital Repositories: Attributes and Responsibilities* aborda uma série de conceitos, características e definições para o desenvolvimento e gestão de sistemas seguros de repositórios digitais, apresentando o termo "repositório digital confiável" como aquele que é capaz de preservar e disponibilizar acesso atualmente e a longo prazo aos recursos digitais sob sua custódia.

Diante deste contexto de confiabilidade, a preservação digital possibilita que a informação digital permaneça acessível, atribuindo qualidades de autenticidade que contribuem para que essa possa ser interpretada mesmo com o avanço das

tecnologias (FERREIRA, 2006). A preservação digital requer planejamento, investimentos, elaboração de estratégias e aplicação de tecnologias que assegurem o acesso contínuo e utilização da informação digital. (HEDSTROM, 1997).

Para que os repositórios digitais assegurem esse acesso a longo prazo, em busca desta confiabilidade, é necessário que os mesmos elaborem suas políticas refletindo além da questão do acesso imediato, mas de como manter esse acesso ao longo do tempo. Trazendo para seus documentos e ações questões pertinentes sobre a preservação dessas coleções.

Galindo (2021) afirma que os estudos de preservação digital têm ganhado complexidade nos últimos anos, refletindo um maior interesse nos processos e estratégias para curadoria dos artefatos digitais. Dessa forma, a questão da preservação digital envolve planejamentos, políticas, planos e ações que permitam garantir esse acesso a longo prazo, com os quais os repositórios digitais dialogam em seus objetivos e missões.

2.1 Políticas de Repositórios Digitais e a Preservação Digital

Os diversos estudos sobre preservação digital apresentam de maneira frequente os termos política e estratégia. Uma política compreende um conjunto de regras e princípios capaz de orientar as tomadas de decisão e as ações para se alcançarem os resultados e os objetivos almejados. Como um modelo, nos sistemas de informação, as políticas apresentam o escopo, as diretrizes e os fundamentos teóricos dos procedimentos para fins de soluções práticas, que norteiam as ações dos gestores e de sua comunidade designada.

Nesses sistemas, estes documentos buscam fornecer uma base para o desenvolvimento de estratégias, planos e programas de preservação, além de estabelecer prioridades e justificar o investimento e ações a longo prazo. Para tanto, segundo Foot (2013), as políticas devem abordar questões documentadas como: o que precisa ser preservado? Por que precisa ser preservado? Qual a finalidade da preservação? Por quanto tempo será preservado? De forma mais prática, as estratégias abordam questões como: De que forma a preservação deve ser feita? Como será o processo de preservação? Qual a ordem das ações de preservação?

Os Repositórios digitais, como um sistema de informação, são dependentes de políticas de informação documentadas e atualizadas, sendo imprescindível que essas políticas sejam explicitadas e atualizadas, visto que nestes repositórios há mudanças constantes na forma como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada (SILVA JÚNIOR, BORGES, 2015).

Segundo Corujo (2014), com base nos estudos do *Catalogue of Criteria for Trusted Digital Repositories* e do *Trustworthy Repositories Audit & Certification: Criteria and Checklist*, a confiabilidade ou fidedignidade de um Repositório digital como sistema de informação está na sua capacidade de operar de acordo com os seus objetivos e especificações, ou seja, de fazer aquilo que diz fazer. Entretanto, o

autor complementa afirmando que um repositório digital confiável não pode apenas dizer que o fará, mas deve demonstrar também as suas políticas, práticas e procedimentos.

O estabelecimento e a gestão destes repositórios, além de considerar os aspectos técnicos e tecnológicos, precisa levar em conta o ambiente, a comunidade envolvida, as responsabilidades e os atributos ou características organizacionais. Sendo assim, apenas a perspectiva de preservação digital que propõe a conservação do software e do hardware não é mais suficiente para que os Repositórios digitais se tornem confiáveis e capazes de armazenar, migrar e dar acesso a coleções digitais no tempo presente e futuro.

Neste mesmo enfoque, a ISO 16363/2012 - *Audit and certification of trustworthy repositories*, apresenta diversos requisitos e critérios ligados à Infraestrutura Organizacional, com a seguinte organização: 3.1 *Governance and Organizational Viability*, 3.2 *Organizational Structure and Staffing*, 3.3 *Procedural Accountability and Preservation Policy Framework*, 3.4 *Financial Sustainability* e 3.5 *Contracts, Licenses, and Liabilities* (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012b).

Pretende-se assim inferir, dos desenvolvimentos registrados ao longo das últimas décadas, que a preservação passa a demandar ações planejadas, normatizadas e mais complexas por parte dos gestores de repositórios. Neste contexto, a formulação de políticas de informação e outros instrumentos normativos e processuais surge como um desafio para a gestão destes sistemas de informação, mas também como um componente essencial para o gerenciamento de coleções digitais, permitindo a definição e validação de prioridades práticas de longo prazo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é caracterizado como descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, que utilizou enquanto técnica de coleta de dados a análise documental e mineração de texto. O objeto de estudo deste trabalho se concentra nos documentos institucionais disponibilizados nos websites dos Repositórios digitais de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiros, no intuito de analisar a relação entre a preservação digital em repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IBES) brasileiras em sua documentação institucionalizada.

Para levantar o *corpus* de pesquisa dos Repositórios digitais de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiros foram utilizadas as fontes do *Directory of Open Access Repositories* (OpenDOAR) e o *Registry of Open Access Repositories* (ROAR), utilizando o critério de inclusão para aqueles que estavam indexados no OpenDOAR e/ou ROAR vinculadas a Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, totalizando 48 Repositórios Digitais Brasileiros.

Dos 48 Repositórios analisados, dois deles estavam Offline, são eles: Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre (UFAC) e o Repositório

Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), totalizando 46 repositórios digitais.

Para analisar a documentação institucional dos Repositórios digitais, os critérios de inclusão adotados para o *corpus* final desta pesquisa foram aqueles repositórios que possuíam documentos institucionalizados sobre a criação, regimento e/ou funcionamento dos Repositórios, disponibilizada nos websites dos mesmos, tendo como foco informações sobre ações, estratégias, práticas e/ou planos de preservação digital utilizadas para os Repositórios digitais.

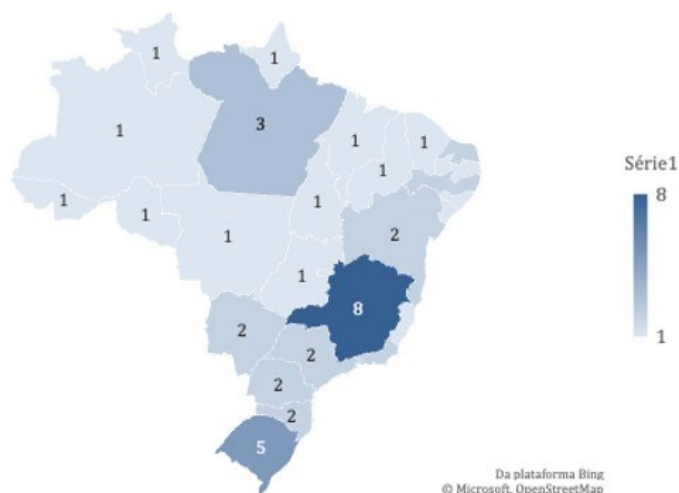
Neste sentido, dos 46 Repositórios, doze deles não disponibilizavam em seus websites documentação institucional. Assim foram analisados os documentos institucionais de 34 Repositórios, isto é 71% dos repositórios digitais das IFES brasileiras, conforme descrição mostrada no quadro 1.

Por conseguinte, foi realizada a análise documental da documentação institucional e os critérios de investigação se pautaram na contextualização dos termos preservar, preservação e/ou preservação digital, o levantamento das ações, estratégias e práticas de preservação digital e as terminologias adotadas na documentação institucionalizada.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os 48 Repositórios digitais brasileiros estão distribuídos da seguinte maneira: Norte (n=9), Nordeste (n=12), Centro-Oeste (n=5), Sudeste (n=13) e Sul (n=9). Por região, a concentração mais elevada de repositórios digitais é na Região Sudeste que apresenta oito repositórios digitais em Minas Gerais seguido da Região Sul, com cinco repositórios digitais no Rio Grande do Sul e a região Norte com três repositórios digitais no Pará. O menor quantitativo de repositórios se concentra na Região Centro-Oeste, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1. Repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras indexados no OpenDOAR e ROAR (n=48)



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

Nos documentos institucionais analisados dos 34 repositórios digitais, conforme mostra o quadro 1, buscou-se verificar a contextualização dos termos preservar, preservação e/ou preservação digital e em 33 repositórios digitais, isto é 97% dos documentos, apresentam os termos acima descritos contextualizados em sua documentação. Apenas o Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) não apresenta os termos preservar, preservação ou preservação digital em sua Portaria n. 225 de 26 de fevereiro de 2019 que estabelece o Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RIUFES) como ferramenta de registro e disseminação da produção intelectual produzida no âmbito desta Instituição e por seu Corpo Docente e Discente.

A recorrência do termo preservar foi o que apresentou a quantitativo mais elevado (n=40), o termo preservação teve frequência mediana (n=16) e o termo composto preservação digital se apresentou apenas uma vez na Resolução n. 106 de 27 de agosto de 2015: Aprovar a Política Institucional de Informação da UNIPAMPA. O termo preservar foi analisado a partir de sua contextualização, conforme mostra a Figura 2, e o termo normalmente é descrito no objetivo ou missão do Repositório digital, como também é usado como considerações no início de seus documentos institucionais como prerrogativas para o desenvolvimento de tais documentos.

Figura 2. Relação com o termo “preservar” nos documentos institucionais dos repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

O termo preservar está diretamente contextualizado à produção intelectual, produção científica, produção tecnológica, produção artística, produção cultural, produção técnica, produção administrativa, produção histórica e a memória institucional, entendendo que o objeto de estudo dos repositórios digitais se pauta na produção gerada nas instituições de ensino superior.

Quadro 1. Descrição dos Documentos Institucionais dos Repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras (n=34)

NOME DO REPOSITÓRIO		DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	TRECHOS SOBRE PRESERVAR, PRESERVAÇÃO OU PRESERVAÇÃO DIGITAL
1)	Repositório Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Resolução n. 013 de 10 de maio de 2021: Aprovou a Política de Informação para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (RIU)	Capítulo II – Dos Objetivos IV. Preservar a memória institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;
2)	Repositório Institucional Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Resolução n. 190/CONSAD de 04 de dezembro de 2017: Institui o Repositório Institucional (RIUNIR) e sua política de funcionamento.	Capítulo II – Dos objetivos I - Reunir, armazenar, organizar, recuperar, preservar e disseminar a produção científica da Universidade Federal de Rondônia (UNIR);
3)	Repositório Institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Resolução n. 208 de 27 de novembro de 2018: Aprova a política de funcionamento do Repositório institucional da UFRA – RIUFRA e a política da produção científica desta instituição no repositório.	Título I – Introdução Parágrafo único: As coleções são organizadas, preservadas e distribuídas por meio da rede mundial de computadores, através do software DSpace. Título II – Definição, objetivos e finalidade I. Reunir, hospedar, preservar e permitir acesso à produção intelectual da UFRA. III. Constituir e preservar o arquivo histórico da produção intelectual da UFRA.
4)	Repositório Institucional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Resolução n. 339 de 02 de fevereiro de 2021: Estabelece normas para a Política Institucional de Informação no que se refere ao Repositório Institucional no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará.	Art. 2º - Objetivos II – preservar a memória intelectual da instituição.
5)	Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (UFPA)	Política de Repositório Digital (2011)	Capítulo I: Definição e finalidade Art. 2o Os Repositórios Digitais da Universidade Federal do Pará (RD/UFPA) visam a preservação da memória institucional, além de promover o acesso aberto à produção científica, filosófica, cultural, artística e tecnológica, através da organização e socialização de obras e demais produções de natureza acadêmica produzida por servidores, discentes e colaboradores vinculados a UFPA. Capítulo II: Dos objetivos II – armazenar, preservar , divulgar e garantir acesso à produção científica e acadêmica da instituição no formato digital;
6)	Repositório Institucional da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Resolução CONSEPE n. 5/2011: Dispõe sobre a criação e regulamentação do Repositório Institucional (RI/UFT) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Tocantins (BDTD/UFT).	Objetivo geral Agrupar, armazenar, organizar, preservar , recuperar e disseminar a informação científica produzida na Universidade Federal do Tocantins com vistas à gestão da informação científica. Objetivos específicos preservar a produção intelectual acadêmica, científica e tecnológica institucional em suporte digital;
7)	Repositório Institucional da Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Resolução n. 264/2016 do Conselho de ensino, pesquisa e extensão: Estabelece normas sobre a política Institucional de Informação Técnico-científica na Universidade Federal do Piauí, no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).	Art. 2º O Repositório Institucional é um sistema de informação que tem como objetivo armazenar, preservar , organizar e disseminar amplamente a produção intelectual e os resultados de pesquisas desenvolvidas pelos diversos setores da UFPI, utilizando-se para tanto de um software específico como forma de Acesso Livre às informações produzidas.
8)	Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Resolução nº 001/2021-CONSEPE, de 24 de agosto de 2021: Atualizar a política de gestão dos repositórios digitais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) gerenciados tecnicamente pela Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM).	Art. 27. Compete à Superintendência de Tecnologia da Informação: III - viabilizar e preservar a hospedagem do RI. Art. 38. Compete à Superintendência de Tecnologia da Informação: II - garantir e preservar o armazenamento digital das informações contidas no RIA.

9)	Repositório Institucional Universidade Federal do Ceará (UFC)	Resolução n.2/Consuni, de 29 de abril de 2011: Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).	Considerando a necessidade de preservação e ampliação da produção técnico-científica da Instituição.
10)	Repositório Institucional Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Portaria n. 24/2010: Desenvolvimento, implantação e manutenção do RI.	O Reitor da Universidade Federal da Bahia, no uso de suas atribuições legais, considerando a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica e da memória cultural, artística técnica e tecnológica desta Instituição; considerando a necessidade de: a preservar a produção científica;
11)	Repositório Institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)	Resolução CONSU/UFRPE n. 086 de 15 de abril de 2021: Aprova criação e regulamentação do serviço Repositório Institucional da Universidade Federal Rural de Pernambuco.	I Dos objetivos e atuação Art. 2o O RI/UFRPE, enquanto sistema de informação, tem como objetivos principais: armazenar, preservar , organizar e disseminar amplamente o conhecimento desenvolvido e produzido pelos diversos setores acadêmicos e administrativos que integram a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Art. 3o. O Repositório Institucional terá como eixos de atuação. § 1o preservação da produção acadêmica e científica desta Instituição, com incentivo à digitalização e inserção de artigos, livros, TCCs, anais, publicações de congressos em suas bases; V Da Hospedagem e do Suporte Tecnológico § 2o A STD/UFRPE e a Direção do SIB-UFRPE deverão adotar políticas e práticas de gestão e segurança da informação a fim de otimizar a preservação e segurança do armazenamento digital das informações contidas no RI-UFRPE.
12)	Repositório da Universidade Federal de Pernambuco (ATTENA/UFPE)	Resolução n. 06/2017: Instituiu a Política de Informação do Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco e dá outras providências.	Art.2°. A Política de Informação do Repositório Digital da UFPE alinhar-se-á às estratégias da UFPE e terá por objetivo: I - Preservar a memória da produção científica e tecnológica da UFPE; IX - Organizar, disponibilizar e preservar a memória da UFPE segundo padrões internacionais para compartilhamento da informação em rede; Art. 20. Compromete-se a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) a I - Estimular o registro e a disponibilização no Repositório Digital da produção relativa às ações extensionistas e culturais da UFPE visando promover, difundir e preservar a memória de tais atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica;
13)	Repositório Institucional da Universidade Federal das Alagoas (UFAL)	Resolução n. 45/2016 Consuni/UFAL de 7 de novembro de 2016: Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da UFAL (RI/UFAL)	CONSIDERANDO a necessidade de armazenar, preservar , divulgar e ampliar a produção científica, tecnológica, artística, cultural, técnica e administrativa desta Universidade; Art. 9o - Compete à Coordenação de Disseminação da Informação Científica do RI/UFAL: IV. Preservar os conteúdos, usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas;
14)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Resolução n. 50/2017 CONEPE: Estabelece diretrizes para a política de acesso à informação na Universidade Federal de Sergipe, na modalidade Acesso Aberto.	Considerando a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade e o acesso à produção científica da Universidade Federal de Sergipe;
15)	Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Resolução CONSEPE-UFMT n. 106 de 01 de março de 2021: Dispõe sobre aprovação do Regulamento de funcionamento do Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).	Capítulo II Dos Objetivos Art. 3o – São objetivos do RI-UFMT: I – preservar a produção intelectual da UFMT; Seção IV Responsabilidades da STI

			II – apoio na preservação dos conteúdos armazenados no repositório, usando técnicas de preservação reconhecidamente válidas como backups, prevendo possível necessidade de reparação ou restauração;
16)	Repositório Institucional Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Resolução n. 54 de 01 de julho de 2010: Aprovar a Política Institucional para Divulgação das Produções Científicas e Técnicas - Repositório Institucional da UFGD, parte integrante desta Resolução.	2. Objetivos Preservar as produções científicas e técnicas da UFGD.
17)	Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Resolução n. 67 COUN/UFMS de 12 de novembro de 2020: Estabelece os procedimentos e as normas para o Depósito da Produção Intelectual no Repositório Institucional da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	Capítulo I: Das definições e finalidades Art. 4o O RI/UFMS tem como objetivo organizar, armazenar, preservar , disseminar e oferecer acesso à produção intelectual dos professores, estudantes e técnicos administrativos com vínculo com a UFMS, atendendo aos objetivos específicos abaixo: II - preservar a memória intelectual da Universidade;
18)	Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UNB)	Resolução da Reitoria n. 010/2013: Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB).	I - preservar a produção científica da Universidade de Brasília (UnB);
19)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	Resolução CEPE n° 5.525, de 07 de novembro de 2013: Regulamenta a política de informação do Repositório Institucional da UFOP	O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua 329ª reunião ordinária, realizada em 07 de novembro de 2013, no uso de suas atribuições legais, considerando: a necessidade de coletar, armazenar, divulgar, ampliar e preservar a produção científica desta Instituição;
20)	Repositório institucional da Universidade Federal de Viçosa (LOCUS/UFV)	Resolução n. 17/2016: Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal De Viçosa - UFV no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI), denominado Locus.	Considerando a necessidade de preservar e ampliar a visibilidade da produção científica, tecnológica, histórica, cultural e artística da UFV; Art. 18. A implementação desta Resolução incentivar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos, de forma a garantir a plena alimentação do RI e, conseqüentemente, a preservação da produção intelectual da UFV.
21)	Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Resolução n. 23 CONSEPE, de 15 de outubro de 2010: Regulamenta a Política de Funcionamento do Repositório Institucional da UFVJM.	Art. 2o O RI/UFVJM tem por objetivos a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da UFVJM.
22)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA)	Resolução Normativa CUNI n. 034 de 12 de julho de 2022: Dispõe sobre a consolidação da Resolução CUNI n° 019 de 8 de maio de 2018, que trata da Política Institucional de Informação da UFLA.	Art. 11. A PIIUFLA tem por finalidade: II- preservar a produção intelectual da Universidade;
23)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Portaria Reitor n. 312 de 28 de março de 2022: Estabelece a Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia RI-UFU	CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a memória institucional e de se proporcionar maior visibilidade às produções científicas, técnicas, culturais, artísticas, administrativas e tecnológicas da universidade;
24)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Resolução n. 08/2021 de 18 de novembro de 2021: Reedita, com alterações, a Resolução n. 11/2019, de 10 de outubro de 2019, que cria o Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (RI/UFMG) e estabelece sua política informacional.	O Conselho de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a necessidade de preservar , conservar e maximizar o intercâmbio, a criatividade, o conhecimento, a inovação, a visibilidade e o acesso da produção de objetos informacionais da Universidade por meio de plataforma digital, resolve: Art. 10. Para fins de preservação e visibilidade ampla, o conteúdo integral da produção científica de autores vinculados à UFMG produzido em autoria individual ou em

			coautoria que estiver publicado na modalidade de acesso aberto será disponibilizado no RI/UFMG.
25)	Repositório Institucional Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Portaria n. 225 de 26 de fevereiro de 2019- Estabelecer o Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RIUFES) como Ferramenta de Registro e Disseminação da Produção Intelectual produzida no âmbito desta Instituição e por seu Corpo Discente e Docente.	-
26)	Repositório Institucional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	217a reunião ordinária, de 04 de março de 2016: Estabelecer a Política do Repositório Institucional (RI) da UFSCar	Estabelecer a Política do Repositório Institucional (RI) da UFSCar com o objetivo de: II Preservar a memória institucional em suporte digital pelo armazenamento de objetos digitais de longo prazo;
27)	Repositório Institucional da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)	Portaria Reitoria n. 4845 de 18 de dezembro de 2017: O Repositório Institucional Unifesp é o ambiente digital de armazenamento, preservação e acesso à produção intelectual da Universidade.	Art. 1o O Repositório Institucional Unifesp é o ambiente digital de armazenamento, preservação e acesso à produção intelectual da Universidade. Art. 4o O Repositório Institucional Unifesp tem como objetivos principais: II - preservar a memória intelectual institucional;
28)	Repositório institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Pantheon/UFRJ)	Resolução n. 01/2015: Regulamenta a Política de Informação do Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Considerando: A preservação da produção científica, cultural e artística da UFRJ; Art. 2o O RIP é uma responsabilidade compartilhada, cabendo ao Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) desta Universidade o desenvolvimento e alimentação para a guarda e preservação da produção científico-acadêmica de toda a UFRJ em suporte digital e à Superintendência de Tecnologia de Informação e Comunicação (SuperTIC) sua implantação, hospedagem e manutenção.
29)	Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (UFF)	Norma de Serviço n. 665 de 03 de janeiro de 2017: Institui a política para depósito de produção técnico-científica no Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense - RIUFF.	Considerando que o Repositório institucional é um sistema de informação que visa reunir, preservar , disseminar, promover e dar acesso à produção intelectual de uma comunidade institucional em diferentes formatos digitais, de forma livre e gratuita; III – preservar a memória institucional e a produção técnico-científica da Universidade, por meio do armazenamento de longo prazo de documentos digitais;
30)	Repositório Digital Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Resolução n. 13/2016 - CONSUNI/CPPGEC: Aprova a Política do Repositório Digital da Universidade Federal da Fronteira Sul.	Art. 2o O Repositório Digital da Universidade Federal da Fronteira Sul (RD/UFFS) visa preservar a memória institucional e promover o acesso aberto à produção filosófica, científica, tecnológica, artística e cultural, por meio da organização e socialização de obras, invenções e demais trabalhos de natureza acadêmica produzida por servidores, discentes e colaboradores da UFFS. Art 9o O RD/UFFS será, nos seus aspectos técnicos, desenvolvido pela Divisão de Bibliotecas (DBIB/PROGRAD) da UFFS e pela Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), cabendo-lhes a tarefa de aprimorar a ferramenta, assegurar o seu pleno e adequado funcionamento e garantir a preservação digital dos documentos.
31)	Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Portaria Normativa n. 195/2019/GR de 9 de maio de 2019: Dispõe sobre a administração geral e a estrutura do Repositório Institucional da UFSC.	Art. 2 O RI/UFSC tem como missão armazenar, preservar , divulgar e oferecer acesso à produção científica e institucional da UFSC. Art. 3 São objetivos do RI/UFSC: II - preservar a memória intelectual da Universidade; Art. 9 São atribuições da SeTIC: II - garantir a preservação (backup) da infraestrutura exigida pelo software adotado pelo RI/UFSC e de seus arquivos digitais;
32)	Repositório Institucional Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Portaria UNILA n. 144 de 28 de março de 2017: Institui a política do Repositório Institucional da UNILA e dá outras providências.	Capítulo I: da natureza e das finalidades Art. 5° O Repositório Institucional tem como finalidade reunir, armazenar, organizar, preservar , recuperar e, sobretudo, promover a visibilidade e a disseminação da produção intelectual e científica criada pela comunidade acadêmica da UNILA. Art. 6° São princípios do Repositório institucional: IV Preservar a produção intelectual e científica desta Instituição;

33)	Repositório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LUMEM/UFRGS)	Portaria n. 5068 de 13 de outubro de 2010: Estabelece Política Institucional de Informação para o LUME	Título II: Objetivos IV – Preservar a memória institucional, por meio do armazenamento de longo prazo de objetos digitais completos;
34)	Repositório Digital da Universidade Federal do Pampa (Unipampa)	Resolução n. 106 de 27 de agosto de 2015: Aprovar a Política Institucional de Informação da UNIPAMPA	Capítulo I: Da política institucional I. preservar a produção científica da UNIPAMPA; Capítulo II: Do comitê gestor do RI Art. 5º Compete ao Comitê Gestor: VI. manter o conjunto de dados atualizados e organizados, servindo como garantia da preservação digital;

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

Ao mesmo tempo em que os repositórios digitais se propõem a preservar tais produções, percebe-se que não se discute as questões teóricas e práticas do que preservar e como será preservado os conteúdos digitais disponibilizados nos repositórios. Para entender melhor os documentos institucionais disponibilizados, foi analisada também se no decorrer da documentação, critérios, padrões, estratégias e/ou ação de preservação digital estavam descritas.

Neste sentido, foram levantadas as estratégias, práticas e/ou ações de preservação digital relatadas na documentação institucional, são elas: Atualização de versões, Backup, Formatos de arquivos, Iniciativa OAIS, Migração e Padrões de protocolos de interoperabilidade, conforme mostra o quadro 2. Em sua maioria, as estratégias, práticas e/ou ações de preservação digital, são descritas como responsabilidade dos setores de tecnologia da informação da instituição.

Quadro 2. Estratégias, práticas e/ou ações de preservação digital descritas nos documentos institucionais dos Repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras

ESTRATÉGIAS, PRÁTICAS E/OU AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DIGITAL	REPOSITÓRIO DIGITAL
Atualização de versões (Software)	UFAM, UFRPE, UFPE, UFMT, UFMS, UFLA
Backup	UFAM, UNIR, UFRA, UFT, UFPE, UFMT, UFLA, UFSC
Formatos de arquivos	UFPA, UFT, UFRPE, UFMT, UFES, UFGD, UFF
Iniciativa OAIS	UNIR, UFRA, UFPI
Migração	UFAM, UFRA, UFMS
Padrões e protocolos de interoperabilidade	UNIR, UFRA, UFT, UFPI, UFRN, UFC, UFBA, UFRPE, UFPE, UFAL, UFGD, UNB, UFOP, UFV, UFLA, UFU, UFRJ, UFFS, UNILA, UNIPAMPA

Fonte: Dados de pesquisa (2023)

A atualização de versões se relaciona diretamente a versão do *software* de gerenciamento do repositório, isto é, o *Dspace*. O Relatório anual do *Dspace*, apresenta a versão 7.3 como a mais atualizada em junho de 2022 e neste sentido, os Repositórios Institucionais estão com a versão menos atualizada de 3.1 a mais atualizada em 6.4 (DSPACE, 2022).

A atividade de *Backup* foi descrita por alguns repositórios, mas não foi apresentada qual a frequência desta atividade. Na maioria dos documentos, esta atividade está sob a responsabilidade dos Centros de Tecnologia da Instituição e a forma como é realizada, tecnologia utilizada e estruturas de espelhamento (HD RAID) não estão explícitas.

Os Formatos de arquivos aceitos nos repositórios foram PDF-A para texto, JPG, JPEG, PNG e GIF para imagens, mp4, avi, WAV, MPEG, AIFF, SND, AVI, QT, MP4, UFGD para áudio e vídeo. A relação de formatos de arquivos aqui relatadas, foram de repositórios que expressam em seus documentos tais estruturas, isto é, 20% dos repositórios digitais. Enfatiza-se que alguns formatos de arquivos relatados, não são os formatos recomendados para fins de preservação digital.

Percebeu-se também que em alguns repositórios digitais, os formatos de arquivos estão expressos em outro documento institucional intitulado “Termo de autorização para publicação no repositório”, porém, nesta pesquisa, estes documentos não foram analisados. A estratégia de Migração foi relatada e dentre os padrões e protocolos de interoperabilidade mais utilizados foi o OAI-PMH, possivelmente pela utilização do *software Dspace* pelos repositórios digitais para gestão de coleções, que utiliza os padrões de interoperabilidade OAI-PMH e o padrão de metadados *Dublin Core*.

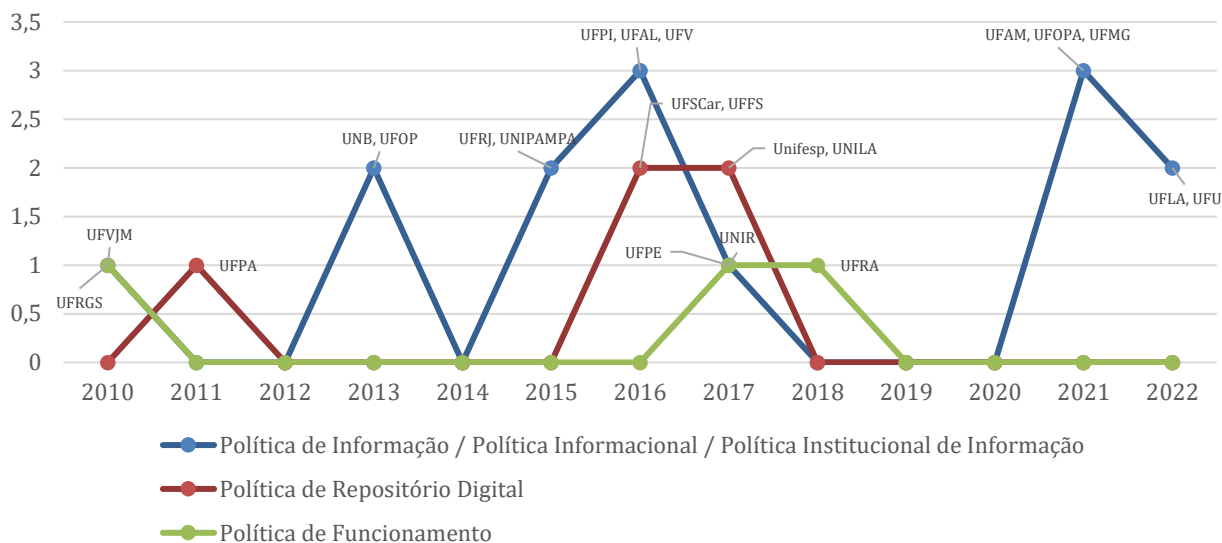
A utilização da iniciativa do *Open Archival Information System* (OAIS) foi descrita por algumas instituições, porém, não ficou claro se é usada e como é utilizada a ISO 14721/2012, Sistemas espaciais de transferência de dados e de informação — Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI) — Modelo de referência (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012a). Os repositórios digitais da UFS, UFVJM, UFMG, UFSCAR, UNIFESP e UFRGS não deixam explícitas suas estratégias, práticas e/ou ações em seus documentos institucionalizados.

Diante do exposto, percebeu-se que os repositórios digitais descrevem a importância de preservar seus conteúdos digitais, retratam algumas estratégias, práticas e/ou ações de preservação digital que devem ser utilizadas e desta maneira foi analisada a terminologia utilizada para descrição da documentação institucionalizada.

As terminologias usadas para a documentação institucionalizada dos repositórios digitais abrangem as seguintes nomenclaturas: Política de Informação, Política de funcionamento, Criação do Repositório Institucional, Normas para a Política Institucional de Informação, Política de Repositório Digital, Criação e regulamentação do Repositório Institucional, Política de gestão dos repositórios digitais, Desenvolvimento, implantação e manutenção do RI, Diretrizes para a política de acesso à informação, Regulamento de funcionamento do Repositório Institucional, Política Institucional para divulgação das Produções Científicas e Técnicas, Administração geral e a estrutura do Repositório Institucional entre outros.

De forma geral, a terminologia mais abordada é Política de Informação, Política Informacional e/ou Política Institucional de Informação, descrita em 14 repositórios, isto é, 41% do *corpus* estudado. A segunda nomenclatura mais utilizada foi Política de Repositório Digital especificada por cinco repositórios e a terminologia Política de funcionamento representada por três repositórios conforme mostra o Gráfico 1. Todas as outras nomenclaturas foram apresentadas por dois ou um repositório.

Gráfico 1. Terminologias utilizadas para a documentação institucionalizada dos repositórios digitais de Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras



Fonte: Dados de pesquisa (2023).

As primeiras documentações institucionalizadas datam de 2010, a Política de Informação da UFRGS e a Política de funcionamento da UFVJM que por terem sido pioneiras, serviram de modelos e/ou parâmetros para repositórios que se desenvolveram posteriormente ao ano de 2010. Percebeu-se que entre os anos de 2010 e 2022, poucos repositórios adotaram a nomenclatura política de funcionamento, apenas o repositório da UNIR em 2017 e o repositório da UFRA em 2018, isto é, sete e oito anos depois.

A nomenclatura Política de Repositório digital é utilizada a primeira vez em 2011 pela UFPA, do Norte do país, e somente em 2016 e 2017 pelos repositórios da UFSCar e UFFS (2016) e Unifesp e UNILA (2017), localizadas no Sudeste e Sul do Brasil. Interessante enfatizar que já existiam modelos de outros repositórios institucionais do Sudeste (UFVJM) e Sul (UFRGS) do Brasil. Destaca-se a UFPA, neste cenário, pela “Carta de Belém” publicada em 2014, como um movimento em favor ao acesso aberto à informação científica desenvolvendo nesta carta a intenção de criação da Rede Norte de Repositórios Institucionais por meio de um consórcio de instituições.

Se pautando na terminologia mais abordada, indaga-se: O que é uma política de informação? E mais especificamente o que é uma política de informação para repositórios digitais? O que deve ser abrangido? O que deve ser contemplado? Quais parâmetros e critérios devem ser levados em consideração e que são relevantes e importantes de serem descritos e discutidos nesta política de informação?

Na leitura das políticas de informação dos repositórios digitais brasileiros, não foi identificado um parâmetro ou padrão de categorias ou critérios de abordagem em sua política, percebendo uma divergência de categorias, de critérios e abordagens descritos nas políticas de informação analisadas.

Braman (2011, p. 3) apresenta que a política de informação deve ser “composta por leis, regulamentos e posicionamentos doutrinários e outras decisões e práticas com efeitos constitutivos de toda a sociedade envolvendo a criação, o processamento, os fluxos, o acesso e o uso da informação”. E complementa enfatizando a importância de marcar os limites do domínio sobre os critérios de avaliação nos termos “criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação”, relacionando as questões sobre a validade, abrangência, solidez, operacionalizável e traduzível.

A autora apresenta a importância da política de informação estar voltada para os termos “criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação”, não sendo evidenciada as questões sobre preservação (BRAMAN, 2011). O que de fato se entende, é que são necessários documentos institucionalizados que abordem e contemplem questões específicas para problemas específicos.

Se a política de informação deve abranger questões sobre criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação, percebe-se a necessidade da criação e desenvolvimento de um planejamento de preservação e de uma política de preservação que discuta teoricamente a importância da preservação sobre os processos relacionados na política de informação e conseqüentemente um plano de preservação que apresente o como fazer, através das práticas de preservação digital que atenda as questões abordadas na política de preservação.

A ISO 16363/2012 sobre Auditoria e certificação de repositórios digitais confiáveis define a Política de Preservação como uma declaração escrita, autorizada pela gestão do repositório, que descreve a abordagem a ser adotada pelo repositório para a preservação dos objetos acessados no repositório e complementa informando que a Política de Preservação deve ser coerente com o Plano Estratégico de Preservação (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012b).

Foot (2013) afirma que uma política de preservação é um componente essencial de uma estrutura de gerenciamento de coleções, definindo a abordagem de preservação de uma organização, as questões sobre o que precisa ser preservado, por que, com que finalidade e por quanto tempo. A política também esclarece as responsabilidades de todos os envolvidos, funcionários, voluntários e usuários, permitindo que as organizações definam e validem prioridades e revisem práticas de longa data. Estratégias de preservação, planos de trabalho, procedimentos e processos devem seguir uma política de preservação.

Friese (2012) também corrobora quando apresenta que as políticas de preservação são uma ferramenta essencial na preservação digital, servindo tanto para criar confiança quanto para oferecer um quadro de referência formalmente vinculativo para as atividades de preservação de uma determinada instituição.

O Plano estratégico de preservação é definido como uma declaração por escrito, autorizada pela administração do repositório, que declara as metas e objetivos para alcançar aquela parte da missão do repositório relacionada à preservação. Os

Planos Estratégicos de Preservação podem incluir planos de longo e curto prazo (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012b).

Becker et al. (2009) define plano de preservação como uma série de ações de preservação a serem tomadas por uma instituição responsável devido a um risco identificado para um determinado conjunto de objetos ou registros digitais (denominado acervo). O Plano de Preservação leva em consideração as políticas de preservação, obrigações legais, restrições organizacionais e técnicas, requisitos do usuário e objetivos de preservação e descreve o contexto de preservação, as estratégias de preservação avaliadas e a decisão resultante para uma estratégia, incluindo o raciocínio para a decisão.

Os autores ainda complementam informando que um plano de preservação deve conter os elementos: Identificação, Status e gatilhos, Descrição do cenário institucional, Descrição do acervo, Requisitos para preservação, Evidência de decisão para uma estratégia de preservação, Custos, Papéis e responsabilidades, e Plano de ação de preservação. (BECKER et al., 2009)

O que se explana aqui é a relevância de se desenvolver documentos institucionais que atendam as questões teóricas e práticas de gerenciamento de conteúdos digitais e em específico a preservação de informação de conteúdos digitais a longo prazo, entendendo que a política de informação, a política e plano de preservação digital não devem ser dissociados, eles devem ser desenvolvidos como processos associativos que discutam e respondam a questões específicas.

Percebe-se que os Repositórios digitais das Instituições Federais de ensino superior (IFES) brasileiras não possuem documentos institucionalizados que atendam as especificidades do planejamento de preservação, previsto e sendo um elemento essencial no modelo de referência do Open Archival Information System - OAIS (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2012a).

Considera-se de grande importância o desenvolvimento de um Planejamento de preservação que contemple documentos institucionalizados sobre a Política de preservação de Repositórios Digitais, relacionando diretamente com o Plano de preservação digital que envolvam os processos bem descritos e coerentes com a realidade institucional.

6 CONCLUSÃO

Os documentos institucionalizados dos Repositórios Digitais refletem a preocupação com a questão da preservação digital, mas é preciso compreender como essas instituições têm direcionado seus esforços a criação e elaboração de documentos e as ações de preservação digital dentro de suas instituições.

A Preservação Digital requer planejamento, políticas, planos, recursos humanos e infraestruturas tecnológicas para atender ao princípio de tornar acessível com qualidade de autenticidade os artefatos digitais, dessa forma, para além de inserir

o termo preservação digital em seus documentos institucionais, as Universidades precisam tecer documentos específicos para questão da preservação digital.

Esses documentos devem surgir a partir da política de informação e fornecer tanto a reflexão teórica e organizacional sobre a questão da preservação digital quanto seus planos, estratégias e procedimentos.

REFERÊNCIAS

BECKER, C. *et al.* Systematic Planning for Digital Preservation: Evaluating Potential Strategies and Building Preservation Plans, **International Journal on Digital Libraries**, Heidelberg, v. 10, n. 4, p. 133–57, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00799-009-0057-1>.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Pennsylvania, v. 1, p. 1-5. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/3w5ce724>. Acesso em: 7 mai. 2023.

CESAR JÚNIOR, Roberto Marcondes. Do mundo aos dados e dos dados ao conhecimento. *In*: HEY, Tony; TANSLEY, Stewart; TOLLE, Kristin (Org.). **O quarto paradigma**: descobertas científicas na era da eScience. São Paulo: Oficina do Texto, 2011.

CORUJO, L. M. N. **Repositórios digitais e confiança**: um exemplo de repositório de Preservação Digital: o RODA. 2014. 255f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

CRL. **Trustworthy Repositories Audit & Certification**: Criteria and Checklist, 2007. Disponível em: <https://tinyurl.com/5achwyth>. Acesso em: 10 mai. 2023.

DODOBEY, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. *In*: SAYÃO, Luis *et al.* (org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-106. Disponível em: <https://tinyurl.com/4dybcnn2>. Acesso em: 5 mai. 2023.

DSPACE. **Annual Report FY2021-22**. Georgia: Lyris, 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/48cn3ba4>. Acesso em: 05 mai. 2023.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

FOOT, M. M. **Building a preservation policy**. Reino Unido: The British Library, 2013.

FRIESE, Yvonne. How to develop a preservation policy. **IASSIST Quarterly**, 2012. Disponível em: <https://tinyurl.com/3kijyyncr>. Acesso em: 2 mai. 2023.

GALINDO, Marcos. Preservação digital e política pública. *In*: PINHEIRO, M. J. DE A; CARVALHO, C. S. R. DE; COELHO, C. M. T. (org.). **Abordagens e experiências na**

preservação do patrimônio cultural nas Américas e Península Ibérica. Rio de Janeiro: Mórula editorial, 2021. p. 348-369.

HEDSTROM, Margaret. Digital Preservation: a time bomb for digital libraries. **Computers and the Humanities**, Dordrecht, v. 31, no. 3, 1997, pp. 189–202. Disponível em: <https://tinyurl.com/ynmfb2rj>. Acesso em: 10 mai. 2023.

IFLA. **Networking for Digital Preservation: Current Practice in 15 National Libraries.** Munchen: Saur, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/ifla-publications-series-119.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

INNARELLI, H.C. Introdução aos dez mandamentos da preservação digital. **Sínteses**: revista eletrônica do SimTec, Campinas, n. 2, p. 178–178, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/c2zpbpyp>. Acesso em: 5 maio 2023.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 14721: 2012**: Space data and information transfer systems: Open archival information system reference model. 2nd ed. Switzerland: ISO, 2012a.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). **ISO 16363: 2012**: Space data and information transfer systems: Audit and certification of trustworthy digital repositories. Switzerland: ISO, 2012b.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. *In*: SALES, L.F.; VIOLA, C. M.M. (org.). **Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação.** Rio de Janeiro: IBICT, 2021. p. 219-240.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica.** 2008. 356 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://tinyurl.com/4euetsej>. Acesso em: 5 maio 2023.

RIBEIRO, L. M. Reflexões sobre o resguardo da memória científica do INPE. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS (SNBU), 14., 22 a 27 de outubro, Salvador, BA. **Anais [...]** Salvador, 2006. Artigos, p. 15. Disponível em: <https://tinyurl.com/nhbjbafz>. Acesso em: 5 maio 2023.

ROTHENBERG, J. **Ensuring the Longevity of Digital Information**, 1999. Disponível em: <https://tinyurl.com/ypmk49n5>. Acesso em: 5 maio 2023.

SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. *In*: SALES, L.F.; VIOLA, C. M.M. (org.). **Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação.** Rio de Janeiro: IBICT, 2021. p. 219-240.

SAYÃO, L. F.; SALES, L.F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *In*: SALES, L.F.; VIOLA, C. M.M. (org.). **Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação.** Rio de Janeiro: IBICT, 2021. p. 199-216.

SILVA JÚNIOR, L.; BORGES, M. M. **Políticas de preservação digital**: estruturação e características. *In*: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madrid. [Anais...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/vykfcx54>. Acesso em: 10 maio 2023.